

Energia e clima: qual o custo da inação?



Miguel Prado
Jornalista

28 DEZEMBRO 2023 13:00

Há não muito tempo um gestor de uma conhecida empresa de energia observava, numa conversa informal, como a Europa está a perder competitividade para os Estados Unidos, comprometendo o futuro da sua indústria ao aumentar a sua dependência de importações de gás natural liquefeito, pagando por este recurso bem mais do que a indústria norte-americana paga pelo gás que consome. **A Europa resolveu de forma célere o problema da dependência do gás russo, mas, na sede de remendar esse problema, parece ter destapado outros.** O Velho Continente reagiu rapidamente, abriu os cordões à bolsa, lançou um vitaminado pacote REpowerEU e pediu aos governantes dos 27 mais ambição nos seus planos de energia e clima. Há dias a Comissão Europeia emitiu as suas avaliações sobre as propostas de revisão desses planos. E uma leitura rápida da apreciação do plano português poderia resumir-se numa palavra: insuficiente.

A avaliação de Bruxelas à proposta de revisão do Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) mostra que o trabalho do Governo português, voluntarioso e expansionista nas metas para 2030, padece, afinal, de várias lacunas. **São**

cerca de duas dezenas as recomendações feitas pela Comissão Europeia para que Portugal melhore o seu PNEC, cuja versão final deverá ser enviada a Bruxelas em junho. Mas até março o país estará fortemente condicionado pela crise política, com um Governo limitado nas opções que pode tomar. Para já é uma incógnita o que poderá ainda fazer este Governo para melhorar o PNEC, sendo também difícil antecipar quando e como irá o próximo Executivo, saído das eleições de 10 de março, entregar o plano final. No meio de toda a incerteza que nos rodeia, será o PNEC para 2030 um problema menor? Nos próximos meses teremos de perceber que Governo pode ser formado, que cedências, à esquerda ou à direita, serão feitas em matéria de políticas públicas, como resolver os desafios na saúde, na educação e na habitação, que caminhos seguirão a inflação e as taxas de juro. As opções de política energética poderão tornar-se uma preocupação secundária no debate público. Mas, ao mesmo tempo, **será importante refletirmos sobre qual será afinal o custo da inação. Delinear e implementar uma política energética é uma corrida de fundo.** As opções seguidas hoje condicionam a matriz energética durante décadas, e frequentemente o desenvolvimento e construção de novos ativos, no quadro da descarbonização, é um processo que se estende para lá de uma legislatura.

Na sua apreciação à revisão do PNEC **a Comissão Europeia pede ao Governo português que aumente a ambição de incorporação de renováveis no consumo final de energia em 2030 para 51% (e não 49%).** Mas Bruxelas quer mais. Portugal deve dar detalhes sobre a captura de dióxido de carbono (CO₂) até 2030, analisar que vulnerabilidades e riscos se colocam para o cumprimento dos objetivos traçados, aumentar a ambição sobre a eficiência energética nos edifícios do Estado, explicar detalhadamente como tenciona abandonar os subsídios aos combustíveis fósseis, especificar como pretende mobilizar investimento privado para alcançar as metas de energia e clima. Portugal deve ainda melhorar o seu PNEC apresentando um plano a 10 anos para a instalação de renováveis, incluindo uma meta para tecnologias inovadoras, indicar objetivos específicos para os edifícios e a indústria em 2030, bem como para a área do aquecimento e arrefecimento.

Em concreto, o **Governo português também deverá descrever como espera acelerar o investimento em fontes renováveis por via de contratos de aquisição de energia** e publicar um calendário sobre a distribuição de apoios (ou concursos) pelo menos para os próximos cinco anos. E uma **outra recomendação é a de que Portugal aprofunde o capítulo da pobreza energética**, apresentando um objetivo mensurável de mitigação desse problema.

E, como se o caderno de encargos da Comissão não chegasse, Bruxelas insta ainda o Governo português a apresentar no PNEC uma síntese dos contributos das consultas públicas e uma explicação sobre em que medida essas posições foram acolhidas (ou não) na revisão do plano para 2030.

Nos últimos anos o Governo promoveu **Portugal como um “bom aluno” da transição energética**, ao ser um dos mais ambiciosos Estados-membros no que toca à descarbonização (com uma meta de neutralidade carbónica antecipada de 2050 para 2045) e um dos mais avançados na incorporação de renováveis no consumo de energia. De facto, os dados do Eurostat para 2022 mostram que Portugal ocupava o sexto lugar na União Europeia, e o primeiro entre os países do Sul.

Os 10 países da UE com mais renováveis

Percentagem de incorporação de renováveis no consumo de energia final em 2022

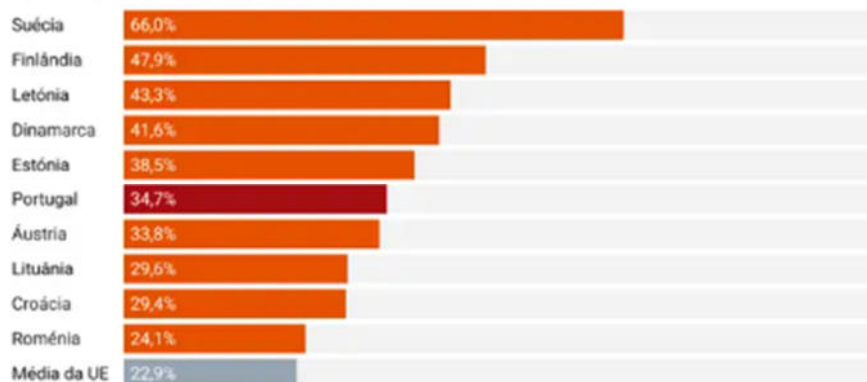


Gráfico: Expresso • Fonte: Eurostat • Criado com Datawrapper

A situação política em que o país mergulhou na sequência das revelações da **Operação Influencer** poderá custar uns largos meses de inação nas políticas públicas viradas para a **transição energética**. O sistema elétrico nacional continuará fortemente dependente das centrais alimentadas a gás natural enquanto

não houver uma aceleração de outras opções despacháveis na gestão da rede, como o armazenamento hidroelétrico ou as baterias de larga escala. Mas **como acelerar essa nova fase do sistema elétrico nacional, uma espécie de transição energética 2.0, sem uma estratégia detalhada, consistente e consequente para o armazenamento de energia?**

A secretária de Estado da Energia e Clima, Ana Fontoura Gouveia, prometeu essa estratégia, tal [como prometeu, até ao final deste ano, um concurso para apoios ao investimento na instalação de baterias](#). As indicações foram dadas em outubro. O primeiro-ministro demitiu-se em novembro. E, entretanto, está a terminar dezembro, e **uma grande parte dos dossiês, anúncios e garantias ficou na gaveta das ambições de um Governo fechado para obras pelo menos até março**.

Derrapou o concurso das baterias, deslizou o leilão para hidrogénio e biometano (não obstante ter recebido entretanto “luz verde” da Comissão Europeia), ficou para mais tarde o concurso internacional para prospeção de lítio, e o leilão eólico *offshore* ficará a marinar. [Também o concurso para prolongar a operação da central a gás da Tapada do Outeiro vai ter de esperar](#).

Pelo meio, resta ao Governo, como prémio de consolação, a constatação de que **a energia solar vai fazendo o seu caminho** e que 2023 será, muito provavelmente, um ano recorde nas instalações fotovoltaicas. [Portugal não chega ao Top 10 dos mercados mais dinâmicos da Europa](#), mas a sensibilidade de famílias e empresas para os benefícios do autoconsumo é crescente, e ao mesmo tempo vão avançando no terreno diversos projetos de grande escala, embora a um ritmo não tão acelerado quanto o que seria necessário para Portugal convergir com Espanha neste domínio.

Esta semana o Governo espanhol decidiu ampliar o prazo para a ligação à rede de projetos de energias renováveis, criando um balão de oxigénio que evita que um elevado número de empreendimentos possam perder as licenças. Portugal também já o fez, com várias **prorrogações dos prazos**, primeiro para os projetos dos leilões solares de 2019 e 2020, [e depois para outros projetos de energia renovável](#).

Essa opção política foi justificada pelo anterior secretário de Estado da Energia, João Galamba, com o argumento de evitar que uma parte considerável dessa nova capacidade voltasse à estaca zero, atrasando a incorporação de energia verde no sistema elétrico nacional. Contudo, **a decisão teve o senão de adiar os benefícios para os consumidores da entrada em operação de energia solar ultra-competitiva** (preços da ordem dos 20 euros por megawatt hora, que são menos de um quarto do atual preço grossista da eletricidade). Para 2024 a ERSE estima um modesto contributo de 29 gigawatts hora (GWh) da energia dos leilões solares de 2019 e 2020 (é menos de metade da produção estimada para o parque eólico *offshore* Windfloat Atlantic, que tem somente 25 MW de capacidade instalada). Mas será o suficiente para dar aos consumidores de eletricidade um benefício de 1,8 milhões de euros, ao contrário das demais fontes com remuneração garantida ([as eólicas, por exemplo, deverão implicar um sobrecusto de 121,6 milhões de euros](#)).

O “brilharete” dos leilões solares de 2019 e 2020 tarda em produzir efeitos materialmente relevantes para os consumidores de eletricidade, e a perspectiva de atração de investimentos de dezenas de milhares de milhões de euros na indústria eólica *offshore* enfrenta agora um período sombrio, perante a incerteza política no país. Dir-se-á que, no meio de tudo isto, a reformulação do PNEC para 2030 será um detalhe de importância menor. Mas talvez não seja. É que **sem estratégias claras e sem uma capacidade de rapidamente executar os planos traçados a política energética é inconsequente**. E para descarbonizar a economia, procurando e promovendo soluções que a tornem mais sustentável, o país precisa mais de ação do que de inação.

DESCODIFICANDO:

LOLE. Acrónimo para “*loss of load expectation*”, um critério de avaliação da segurança de abastecimento dos sistemas elétricos, que estima o número de horas num ano em que é expectável que a oferta não seja suficiente para cobrir a procura.

E VALE A PENA LER:

A consultora Capgemini publicou há dias a 25ª edição do seu relatório “**World Energy Markets Observatory**”, um trabalho de análise de tendências no setor energético, feito em colaboração com a VaasaETT e a Enerdata, que [pode ser consultado aqui](#). Entre os temas em foco nesta edição está a soberania energética, bem como a dependência ocidental da China, a regulação e o comportamento dos consumidores.

Fica por aqui a última edição deste ano da *newsletter*. Voltamos em 2024, a 11 de janeiro. Votos de uma ótima entrada no novo ano, com muita energia. Até lá, pode contactar-me por *e-mail* (para mprado@expresso.impresa.pt), caso tenha dúvidas, críticas, sugestões ou outros comentários. Continuação de boas leituras no **Expresso**!

IN <https://expresso.pt/newsletters/expresso-energia/2023-12-28-Energia-e-clima-qual-o-custo-da-inacao--48a8d6ce> (03-01-2024)